



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE - DPC/CGPLAM/DLOG/PF

ESTUDO PRELIMINAR Nº 37095416/2024-DPC/CGPLAM/DLOG/PF

Processo nº 08200.028010/2023-60

1. **INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. O presente Estudo Preliminar tem como objetivo a contratação de 17.481 (dezesete mil, quatrocentos e oitenta e um) coletes ostensivos e velados com patches para atender a demanda dos policiais do Órgão com coletes que detenham a dupla funcionalidade de utilização tanto em caráter velado quanto ostensivo, necessita-se também da aquisição de 69.804 (sessenta e nove mil, oitocentos e quatro) patches com Brasão e Nome da Polícia Federal, a fim de trajar os Policiais Federais quando em operações policiais ostensivas.

1.2. Esta análise é pautada pelas diretrizes traçadas pela [Constituição Federal/1988](#), pela [Lei 14.133/2021](#) e pela [Portaria nº 18 de 19/12/2006 / MD](#) - Ministério da Defesa, que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes à Prova de Balas, estabelecendo providências que deverão ser observados no exercício das referidas atividades. A análise também se baseia na Nota Técnica nº 9839038, de 4 de outubro de 2018, que tratou da necessidade de adoção de novos parâmetros técnicos para a compra de futuros coletes para a Polícia Federal.

1.3. Os bens referenciados neste estudo, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de bens comuns, conforme definido no XIII, do art. 6º, da [Lei 14.133/2021](#), visto que possuem padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. A adoção do Pregão com Sistema de Registro de Preços (SRP) em detrimento do pregão tradicional apresenta-se como uma escolha estratégica e eficiente para a Administração Pública, especialmente em cenários de demandas recorrentes, variáveis ou quando há necessidade de atender a múltiplas unidades de forma integrada. O SRP proporciona ganhos significativos em termos de agilidade, flexibilidade, economia de recursos e redução de custos administrativos. O SRP otimiza processos, evita desabastecimentos e potencializa a negociação de preços mais vantajosos. Além disso, sua conformidade com a legislação vigente e a recomendação de órgãos de controle reforçam a transparência e a boa gestão dos recursos. a utilização do SRP não apenas moderniza e simplifica os processos licitatórios, mas também contribui para a promoção de uma gestão pública mais eficiente, econômica e orientada para resultados.

1.5. O Pregão Eletrônico terá como procedimento auxiliar o **sistema de registro de preços**, conforme [art. 82, Lei 14.133/2021](#), de acordo com o planejamento do órgão, devendo a empresa estar ciente da possibilidade de aquisição da totalidade dos itens, ofertar proposta para o quantitativo total, e que o critério de julgamento da licitação será o **menor preço**. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período e em suas quantidades, desde que comprovado o preço vantajoso. Ainda cabe ressaltar:

a) O objeto pretendido para a futura contratação não se **enquadra como atividade de custeio**.

b) Os bens referenciados neste estudo, dadas as suas características, **enquadram-se no conceito de bens comuns**, conforme definido no XIII, do art. 6º, da [Lei 14.133/2021](#), visto que possuem padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

c) O objeto desta contratação **não se enquadra como sendo de bem de luxo**, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

d) O referido objeto da licitação **não se enquadra como bens de TIC**.

1.6. O objeto deste certame licitatório será dividido em item e grupo onde o critério de adjudicação será o **menor preço por item e menor preço global do grupo**.

1.7. Justificativa para o agrupamento dos itens G1 (2 e 4); e G2 (3 e 5):

1.8. O agrupamento dos itens G1 (2 e 4); e G2 (3 e 5), se dá devido ao princípio da padronização, é um dos fundamentos da administração pública que visa garantir uniformidade, eficiência e economicidade nas contratações governamentais. O princípio da padronização estabelece que os bens e serviços adquiridos pela administração pública devem seguir especificações técnicas e padrões de qualidade previamente definidos, garantindo que estejam em conformidade com as necessidades do órgão contratante e que atendem critérios de eficiência e durabilidade. Objetivo da Padronização é evitar aquisições prejudiciais ou incompatíveis, a padronização garante que os bens sejam protegidos para sua finalidade, evitando divergências técnicas ou funcionais. Isso evitará que itens com especificações diferentes sejam adquiridos, garantindo uniformidade e padronização nos equipamentos em todo território onde a PF tem atribuição.

1.9. Ademais, importante salientar a necessidade de atendimento do Princípio de Padronização que tanto na aquisição de coletes balísticos com dupla funcionalidade quanto na de patches com o Brasão e Nome da Polícia Federal, possui como fito compatibilizar na aquisição, as especificações técnicas e de desempenho, propiciando à Administração uma consecução mais econômica e vantajosa para os policiais federais da área fim no Órgão: "A padronização elimina variações tanto no tocante à seleção de produtos no momento da contratação como também na utilização e conservação do produto" in Rodrigues (2010).

2. FUNDAMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DO PREGÃO INTERNACIONAL - DA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E REFLEXOS NA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO

2.1. Na disciplina das licitações, o Pregão, acabou tornando-se a modalidade de eleição para a aquisição de bens comuns justamente porque sua fase competitiva, ao congrega todos os interessados que antes eram excluídos na fase de habilitação, aumentou o universo de concorrentes. Durante o Estudo Preliminar, observou-se que essa ampliação do rol de participantes é vital para a obtenção do binômio melhores preços/melhores especificações. O que a licitação internacional proporciona é um rol ampliado de competidores. Note-se que a participação de empresas nacionais não se altera e resta garantida sua isonomia por meio da equalização das propostas.

2.2. A adoção da licitação internacional trará uma série de vantagens, podendo-se citar:

a) **Obtenção de melhores preços e condições:** A realização de uma licitação internacional pode permitir que sejam obtidos preços mais competitivos, devido à participação de empresas estrangeiras que podem oferecer melhores condições comerciais. Verificou-se que a maioria das empresas desse mercado são, se fato, estrangeiras;

b) **Acesso a tecnologias avançadas:** Empresas estrangeiras podem trazer tecnologias inovadoras e avançadas que não estão disponíveis localmente. Ao optar por uma licitação internacional, é possível atrair empresas com experiência e conhecimento técnico específico para o projeto em questão;

- c) **Fomento à concorrência:** Ao abrir o processo licitatório para empresas estrangeiras, há um aumento da concorrência, o que pode resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública. Como foi levantado que a maioria das empresas desse mercado são estrangeiras, a realização de licitação nacional, com a participação de intermediários, elevaria bastante o preço médio das ferramentas em relação ao preço praticado no mercado internacional;
- d) **Exigências específicas:** Trata-se de ferramenta tecnológica com requisitos técnicos ou de qualidade que, a princípio, não podem ser atendidos apenas pelas empresas nacionais. Nesse sentido, a licitação internacional é a opção mais viável para garantir o atendimento dessas exigências;
- e) **Economia de Escala:** A licitação internacional pode permitir a obtenção de economias de escala, especialmente quando a contratação envolve grandes volumes ou quando os fornecedores internacionais têm maior capacidade produtiva e podem oferecer preços mais competitivos. Em alguns casos, fornecedores internacionais conseguem oferecer custos mais baixos devido à maior capacidade de produção, eficiência logística ou incentivos fiscais em seus países de origem.
- f) **Estímulo à Competitividade no Mercado Nacional:** Ao permitir a participação de empresas estrangeiras, a licitação internacional pode gerar uma pressão competitiva sobre o mercado interno, incentivando fornecedores locais a melhorar suas ofertas, tanto em termos de preço quanto de qualidade, para competir com as propostas internacionais. Isso pode incentivar a modernização e a inovação das empresas nacionais, que passam a concorrer com players globais.
- g) **Diversificação de Fornecedores:** A realização de licitações internacionais permite à Administração Pública reduzir sua dependência de fornecedores nacionais, especialmente em setores onde há concentração de mercado ou poucas opções de fornecedores. Isso ajuda a mitigar riscos relacionados à escassez de produtos, interrupções no fornecimento ou falta de competitividade interna.

2.3. A realização de uma licitação internacional requer **planejamento e adaptação de regras**, como a previsão de pagamento em moeda estrangeira, ajustes na legislação aduaneira, cumprimento de requisitos internacionais e garantias de entrega. A licitação internacional, conforme a Lei 14.133/2021, permite que a Administração Pública alcance benefícios como aumento da competitividade, acesso a produtos e serviços de alta qualidade e tecnologia, redução de custos e diversificação de fornecedores. Essa modalidade amplia as opções de contratação e pode contribuir para o desenvolvimento de setores estratégicos, ao trazer novas tecnologias e conhecimentos do exterior.

2.4. Conforme justificativas citada nesse estudo preliminar, por essas razões a Polícia Federal opta por uma licitação internacional.

3. **DA NÃO ADMISSÃO OU NÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO E DE COOPERATIVAS**

Consórcio

3.1. Para se admitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio, necessário ponderar a respeito de como se dá o fornecimento dos bens que se pretende adquirir. A participação em consórcio interessa ao adquirente/contratante normalmente quando a solução proposta é complexa e não se apresenta como item de estoque, configurando uma solução a ser construída em que as partes que a compõem são fornecidas por diferentes atores do mercado e estas representam porções representativas do todo e essas porções necessitam ser recebidas de modo integrado e simultâneo. O conteúdo tecnológico e de transferência de conhecimento também é verificado na formação de consórcios para aquisição de soluções policiais/militares complexas. Outro enfoque que recomenda a admissão de consórcios é o da economicidade. Toda vez que uma empresa contrata outra para realizar parte de um objeto ela agrega ao valor cobrado da Administração lucro e tributos. Por isso subcontratações normalmente devem ser admitidas em percentual reduzido em face ao valor total da contratação.

3.2. Outra razão que ampara a admissão de empresas reunidas em consórcio é a ampliação da competitividade. Em soluções complexas, apenas poucas empresas são capazes de oferecerem a solução em sua completude. No caso em comento, os itens que se pretende adquirir são bens comuns de mercado, razão pela qual a participação de empresas reunidas em consórcio não agregará benefícios na mesma medida em que sua admissão trará complexidade ao procedimento.

Cooperativa

3.3. Visando garantir a regularidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Administração Pública, citamos alguns dos principais motivos para a vedação à participação de cooperativas neste pregão:

a) **Controle e responsabilização:** Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados. Cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.

b) **Segurança jurídica:** A vedação evita situações ambíguas e potenciais questionamentos legais, uma vez que as cooperativas têm uma natureza peculiar e estão sujeitas a diferentes normas em comparação a outras formas de organização empresarial. Ao permitir a participação de cooperativas, poderia haver conflitos de interpretação sobre os direitos e deveres contratuais, afetando a segurança jurídica das contratações.

c) **Garantia da qualidade dos serviços:** A contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra pode ser sensível, exigindo a seleção de profissionais qualificados, estáveis e comprometidos. Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração busca garantir que os contratados sejam empresas constituídas sob a forma empresarial, com estrutura, histórico e capacidade de oferecer a mão de obra especializada necessária para o cumprimento do contrato.

d) **Cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias:** Cooperativas podem enfrentar dificuldades em assegurar o cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. O risco de inadimplência poderia ser transferido à Administração Pública, o que é indesejável e prejudicial para ambas as partes.

4. DA NÃO ADMISSÃO DE COTA PARA EMPRESA DE PEQUENO POR E MICROEMPRESA

4.1. Não será estabelecido cota para EPP/ME, com fulcro no Inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06, em decorrência do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não se mostrar vantajoso para a Administração Pública por representar possibilidade de prejuízo ao conjunto ou complexidade do objeto a ser contratado, havendo prejuízos nessa dinâmica quando são empregados diferentes produtos, com fornecedores diversos.

4.2. Não será prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme premissa estabelecida no Art. 48, inciso III da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), alterada pela [Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014](#), recepcionada pelo Art. 4º da [Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021](#) tendo em vista que não existem três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, como previsto no Art. 49, inciso II, da referida Lei Complementar Art. 10, inciso I, do [Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015](#).

4.3. O inciso I, § 1º, da Lei 14.133/2021, já estabelece a exceção quando o valor estimado da contratação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões), contudo, por tratar-se de registro de preços evita-se questionamentos com a possibilidade de contratações de valores que não se enquadrem no dispositivo legal.

4.4. Em suma, Considerando o montante da contratação, que supera em muito o limite de enquadramento de receita bruta de empresa de pequeno porte, e tendo em vista o art. 4º, § 1º, inc. I, da Lei nº 14.133/21, não serão aplicados os benefícios dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. Também não haverá cota reservada para as preferências do art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, por motivo adicional, que é a natureza do objeto e sua complexidade técnica, além da necessidade de padronização de desempenho, treinamento, assistência técnica e uniformidade dos itens que compõem a presente licitação (art. 40, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 14.133/21), uma vez que o tratamento diferenciado e simplificado poderia representar prejuízo ao conjunto ou complexo dos bens a serem adquiridos, exceção legalmente prevista no art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

5.1. A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente de Estado, organizado e mantido pela União, integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, tem por finalidade exercer as competências previstas no § 1º do art. 144 da Constituição, e demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, e destina-se a:

- 5.1.1. apurar infrações penais contra a ordem política e social;
- 5.1.2. apurar infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas;
- 5.1.3. apurar outras infrações penais cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- 5.1.4. prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;
- 5.1.5. prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- 5.1.6. exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e
- 5.1.7. exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

5.2. Atualmente, a Polícia Federal é uma instituição que goza de considerável credibilidade junto à população, sendo uma das principais referências positivas da ação estatal. Porém, a manutenção desses índices de aprovação e confiança passa necessariamente por medidas que possibilitem ao policial estar devidamente equipado e identificado, de forma padronizada, para atuar de forma similar em todo o território nacional.

5.3. Tais demandas se embasam na necessidade de dotar o quadro Policial do Órgão com equipamentos de proteção balística com a dupla funcionalidade de usá-los tanto de forma ostensiva quanto velada. Isso torna-se possível através das tecnologias existentes hodiernamente no mercado que fornecem em uma plataforma de colete balístico para uso dissimulado com sistemas diversos de acoplagem de acessórios.

5.4. Tendo em vista o Princípio de Padronização esculpido no inciso I do art. 47 da Nova Lei de Licitações- NLLC nº 14.133 /21 (e inciso I do art. 15 da antiga Lei de Licitações- Lei nº 8.666/93), deve ser observado pela Administração como objetivo primordial compatibilizar especificações técnicas e de desempenho, ou seja, a utilização de um Colete Único, para uso ostensivo e para uso velado, objetivando um único objetivo que é o de proteção do agente de segurança pública. Nisso, tal princípio visa propiciar à Administração a consecução mais econômica e vantajosa de seus fins, servindo como ferramenta de racionalização da atividade administrativa, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos.

5.5. O total de 15.000 (quinze mil) coletes balísticos a serem contratados reflete o seu planejamento de provimento das demandas do material e se justifica pela necessidade de cobrir todo o efetivo Policial Federal em atividade com este equipamento, juntamente com a garantia da regularidade de

fornecimento. Em outros termos, a requisição do quantitativo em epígrafe se dá pela necessidade de garantir coletes balísticos à disposição basicamente para uso em: atividades precípuas do Órgão; Cursos de Formação Policial; e Testes em amostras para controle e construção de curva de aprendizado.

5.6. Em complemento, para a utilização do equipamento em operações policiais de caráter ostensivo, além de disponibilizar insígnias para caracterização do Órgão nos demais equipamentos dos Policiais Federais, será necessário o quantitativo de 30.000 (trinta mil) patches colantes dorsal, em sistema de velcro, a escrita "POLÍCIA FEDERAL" para colocação na parte traseira do colete e 30.000 (trinta mil) patches colantes contendo o brasão do Órgão para colocação na parte dianteira (região do peitoral esquerdo). Com essa quantidade, pretende-se distribuir 4 patches para cada Policial, de modo que se use em cada unidade de colete 02 (dois) patches e se disponibilize outros dois de cada tipo para uso nos demais equipamentos operacionais pessoais (tais como bonés, mochilas, plate carriers).

5.7. Cabe ressaltar que o uso de identificadores que tornem ostensivo o colete balístico é de fundamental importância para a segurança do Policial Federal, vez que o colete balístico ao ser usado por cima da vestimenta (em caráter ostensivo), além de ser artefato que atrai muita atenção para quem o usa, tira a visibilidade das insígnias da Polícia Federal dos uniformes institucionais.

5.8. A utilização de coletes balísticos reduz o perigo de morte nas missões, colaborando diretamente para a segurança e para o sucesso da ação. Cabe ressaltar que o uso de equipamentos adequados e preocupação com a segurança mostra à população referências positivas acerca das operações desencadeadas pela instituição, sendo, por conseguinte, preponderante para o sucesso de suas atribuições legais e para o reforço da imagem do Estado Brasileiro perante o cidadão.

5.9. Além da segurança dos policiais, a utilização dos coletes em operação, muitas delas com lapsos temporais contínuos e longos, deve proporcionar o bem estar mínimo do policial federal no cumprimento de seu dever funcional, devendo prever a tecnologia necessária para mitigar o desconforto térmico, facilitar a mobilidade e não dificultar a utilização pelo excesso de peso.

5.10. Para que a Polícia Federal esteja apta a cumprir as suas missões institucionais, é imprescindível que ela esteja devidamente constituída de recursos humanos treinados e bem equipados. Um equipamento completo, eficiente e de qualidade, significa não só o êxito da missão, como também a proteção da vida do policial.

5.11. Nas diversas operações realizadas pela Polícia Federal, os policiais frequentemente enfrentam situações em que há risco real de morte, sendo o colete balístico o principal equipamento de proteção e segurança individual, uma vez que protege os órgãos vitais do seu usuário.

5.12. As duas últimas compras de coletes balísticos realizadas pela Polícia Federal se deram nos anos de 2019, Processo 08200.009805/2018-10, contrato Nº 44/2021 – COAD/DLOG; 2022 (coletes velados), processo 08200.007920/2021-47, contratos nºs 42/2022 e 58/2022 - CGAD/DLOG/PF sendo ambas relativas ao nível III-A.

5.13. Em relação ao nível de proteção, tal escolha reflete inclusive a necessidade que a proteção balística seja condizente com o calibre utilizado pela Polícia Federal, qual seja, o 9x19mm Luger +P+. Assim, não seria lógico que se escolhesse um colete balístico que não suportasse disparos com a mesma energia do armamento utilizado pelo Órgão. Ademais, diante da liberação de calibres, cuja legislação anterior considerava de uso restrito, a proteção de nível III-A se mostra imperiosa, a fim de dirimir os riscos da atividade policial.

5.14. Em relação à usabilidade do colete, cabe trazer à baila que no ano de 2014 foram adquiridos coletes femininos com bojo. A questão do bojo em coletes balísticos femininos vem sendo estudada há alguns anos por organismos de segurança pública, acadêmicos e fabricantes de diversas partes do mundo. Pesquisas realizadas pela Divisão de Planejamento e Controle - DPC /CGPLAM/DLOG/PF junto às policiais mostraram um percentual equitativo em relação ao grau de satisfação e insatisfação desse público. A insatisfação advém de uma maior rigidez da proteção balística, dificultando a movimentação e a desenvoltura para as atividades policiais da policial. Uma customização perfeita de um colete com bojo adaptado ao seu tamanho e compleições corporais

com equipamentos específicos geraria um custo altíssimo para a Administração Pública, de acordo com levantamentos que foram realizados em reuniões feitas pela Divisão com fornecedores nacionais e internacionais. Nesse sentido, optou-se por um colete sem bojo e que preze pela qualidade em termos de flexibilidade, leveza e uma maior segurança das policiais.

5.15. Em relação ao efetivo policial masculino, observou-se, na prática, que coletes são igualmente desconfortáveis, pouco flexíveis, pesados e que geram sensações térmicas inadequadas; são, por isso, “encostados” ou esquecidos pelos servidores. Não é difícil observar policiais federais iniciarem as operações utilizando os coletes e terminarem com os mesmos guardados dentro do porta-malas de viaturas.

5.16. Destarte, o desafio atual e que se apresenta a respeito da aquisição de coletes deve-se levar em consideração aspectos climáticos de um país continental, violência que se apresenta na sociedade, conforto do operador de segurança (peso e flexibilidade do colete), segurança/proteção oferecida pelo equipamento (área de proteção x mobilidade), resistência e durabilidade (economicidade), garantia, possibilidades de utilização (ambientes apropriados), entre outros.

5.17. Ressalte-se que o presente estudo visa a aquisição de coletes velados, e tem por base o Relatório SECOL/DPC/CGPLAM /DLOG/PF (17148235) e o sucesso das aquisições realizadas no processo 08200.007920/2021-47, além do citado documento ser parte de uma pesquisa e análise pioneira dentro do órgão e reflete a continuidade de estudos e adequação aos avanços tecnológicos e às casuísticas da Polícia Federal. Tendo em vista a necessidade de modernização dos equipamentos de segurança utilizados pelos policiais federais, em especial pelo crescente aumento do poderio bélico e de organizações criminosas no Brasil, a Divisão de Planejamento e Controle da Logística Policial - DPC, juntamente com outros setores técnicos da Polícia Federal, mantém contínuos estudos em diversos temas ligados ao desempenho das atividades policiais.

5.18. Como fonte de informações para os referidos estudos, entre outros, são realizadas visitas a feiras e exposições nacionais e internacionais de equipamentos de defesa e segurança pública. A exemplo, verificou-se em visita técnica, por equipe da DPC em junho/2018 (Eurosatory) e em março/2019 (IWA Outdoor Classics), a existência de coletes balísticos mais leves, flexíveis e com prazos de garantia que podem se estender a até 10 anos, sendo que os prazos oferecidos usualmente pelas empresas brasileiras são de apenas 5 anos. Este dado pode se traduzir em economia nas compras da administração na medida em que o custo da unidade adquirida, mesmo que um pouco maior, pode ser dividido por um período muito maior de utilização.

5.19. Também, conforme visita, por equipe da DPC em abril/2019 e abril de 2023 (LAAD), verificou-se que o mercado nacional vem trabalhando na modernização dos coletes, tanto na norma relativa aos testes balísticos (migração da norma do National Institute of Justice dos Estados Unidos - NIJ, da 0101.04 para 0101.06), como na qualidade dos produtos (capa externa e painéis balísticos). De outro modo, percebeu-se durante visita ao evento que o mercado internacional possui uma ampla variedade de empresas capazes de fornecer, pelo menos tecnicamente, coletes leves, com densidade de área em torno de 3,9 kg/m², bem como coletes relativamente flexíveis, conforme consta no RELATÓRIO DE MISSÃO POLICIAL Nº 05/2019 (Relatório de Prospeção nº 10553965).

5.20. O Relatório SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF (17148235) traz estudos de análise de amostras de coletes velados que refletem a ideia de conforto necessário, bem como a proteção balística requerida. O documento afirma que, para tanto, foi elaborado questionário (14405210) e regras de análise (14930528), (14931051), onde servidores da Polícia Federal utilizaram as amostras por um certo período e responderam os questionários, cujas respostas seguem a aplicação da escala de Likert.

5.21. A Polícia Federal, até a última contratação 08200.007920/2021-47, nunca havia adquirido coletes velados (dissimulados ou discretos), apesar de grande parte das suas diligências serem veladas, funções típicas da Polícia Judiciária em si. Isso, devido a uma gama de atividades desempenhadas pelo policial serem realizadas à paisana, sob os moldes investigativos e protetivos, ocorrendo principalmente antes e/ou durante a deflagração de uma Operação Policial. Como exemplo maior, tem-se as atividades de inteligência policial, contra-inteligência policial, investigação de assuntos internos, infiltrações, segurança de dignitários, investigações sensíveis, diligências externas descaracterizadas, entrega de intimações, fiscalização de agências bancárias, de

produtos químicos, de portos e aeroportos, realização de exames periciais em campo, ou qualquer outra atividade descaracterizada de natureza externa. Desse modo, entende-se que todos os policiais federais em atividade têm a necessidade de uso do colete velado e ostensivo.

5.22. Diante do exposto e tendo como princípio norteador o Art. 35. da [Portaria nº 18 de 19/12/2006 / MD](#), que estabelece que "os coletes à prova de balas com prazo de validade expirado não poderão ser utilizados, devendo ser destruídos", e considerando-se as características das atividades de risco a qual o policial é submetido, visualiza-se a necessidade de aquisição de novos coletes balísticos para todo o efetivo policial integrantes dos quadros da PF.

6. **ÁREA REQUISITANTE**

Área Requisitante: DPC/CGPLAM/DLOG/PF

Responsável: JULIANA LAURA ALVES P. MASCHWITZ

7. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

7.1. A contratada deverá:

7.1.1. Atender a [NT- SENASP nº 003/2021](#)- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html", como critério de seleção do fornecedor.

7.1.2. No caso de importação, no que couber , será necessária a obtenção de Certificado Internacional de Importação - CII e Licença de Importação - LI junto ao Exército Brasileiro, pleno atendimento da [Portaria nº 189-EME de 18/08/2020](#), ou legislação que venha a substituir.

7.1.3. Arcar com o seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, considerando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2010 - **DPU – *Delivered At Place Unloaded*** - bem como custo com armazenagem, capatazia, transporte/frete até o local de entrega em Brasília-DF.

7.1.4. Apresentar certificado de conformidade de acordo [Portaria nº 189-EME de 18/08/2020](#).

7.1.5. Ser aprovado nos testes previstos no Termo de Referência contido neste processo.

7.1.6. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.1.7. Fornecimento de atestado de capacidade técnica (ou documento equivalente no caso de importação, como Invoice, etc.) de no mínimo **25%** do total do quantitativo do objeto compatível conforme definição no Termo de Referência.

7.1.8. Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

7.1.9. Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação.

7.1.10. Capacidade para entrega da quantidade de Coletes Balísticos e o valor estimado da aquisição a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;

7.1.11. Dimensionamento do tamanho dos coletes e disponibilidade da grade de tamanhos para o adequado uso conforme às dimensões corpóreas pertinentes ao caso;

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. Constatam diversos estudos os quais propiciaram a compra dos coletes no ano de 2022 de forma satisfatória e devido ao sucesso de aceitação e qualidade atestados pelo efetivo da Polícia Federal serão repetidos nesse documento.

8.1.1. A última compra foi realizada no processo 08200.007920/2021-47, com base no Relatório DPC/CGPLAM/DLOG/PF (9380791); Despacho SEOP/DEOP/CGDHO/DIREN-ANP/PF (10263858); relatório técnico (17148235) do grupo de trabalho conforme nomeação através da Portaria 551 - DLOG/PF, demonstrando diversas etapas e a preocupação do órgão com uma compra acertada de forma a fomentar a ampla participação

8.1.2. Soma-se a todas medidas adotadas a atualização dos servidores envolvidos nas aquisições centralizadas, conforme participação na feira LAAD em abril/2023, de forma a constatar que mesmo com o desenvolvimento de novas tecnologias ainda permanecem atuais os requisitos adotados na última aquisição;

8.1.3. No levantamento de mercado foram enviadas diversas amostras para análise, as quais estão elencadas no Estudo Preliminar SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF (18490890), que serviu de instrução na última compra, inclusive com Despacho DE APROVAÇÃO n. 00744/2022/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (23112271);

8.2. Neste sentido seria repetitivo a inserção de todos os dados dos documentos acima para demonstrar o estudo de mercado para definição de aquisição do melhor item de proteção para os Policiais Federais.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. A descrição técnica dos Coletes Balísticos de Uso Ostensivo e Velado, Nível III-A - está disposta no **ANEXO I do Termo de Referência**, bem como a dinâmica do teste de usabilidade e a ficha do avaliador.

9.2. Constatam no documento SEI 32094397 a memória de cálculo e as provas que embasaram a definição do quantitativo escolhido.

9.3. O relatório 17148235, do Grupo de Trabalho, já citado no levantamento de mercado, estabelece critério por nota podendo ser usado como referência para aquisições as marcas: Crye Precision, Us Armor, Miguel Caballero; além da marca Protecop adquirida na última contratação da PF 08200.007920/2021-47 e aprovada pelo efetivo.

9.4. Quanto à produção de painéis, capas e bolsas, estas serão realizadas em conjunto, tendo em vista que separadamente, haveria o risco de se incorrer em incompatibilidade nos tamanhos produzidos, fato possível durante o processo de fabricação destes componentes, o que poderia frustrar a compra.

9.5. Os respectivos tamanhos apresentados servem como referência, tendo-se como parâmetro a geometria dos painéis balísticos dos coletes apresentados nas Especificações Técnicas, sendo que as medidas de cada policial serão encaminhadas pela contratante, conforme base de dados das medidas dos policiais, para a empresa vencedora quando da emissão da Ordem de Fornecimento.

9.6. Serão no mínimo 08 (oito) tamanhos para fins da compatibilização do item supra.

9.7. A escolha do Instituto Nacional de Justiça Americano se deve ao fato que o Exército Brasileiro, o qual é competente para emitir as normas de classificação de proteção balística do País, apresentou o referido Instituto como referência normativa de standard, bem como de testes, o que, por corolário lógico, esta visa manter as regras aplicáveis ao País e facilitar a participação das empresas brasileiras.

9.8. Os Patches Frontal e Dorsal de acordo com as especificações de acordo com o Manual de Uso e Aplicação da Polícia Federal de 2022. A metade dos Patches serão confeccionadas de forma emborrachada e a outra, bordada, conforme contida nas Especificações do material.

- PATCH EMBORRACHADO- 34.942
- PATCH BORDADO- 34.862

9.9. As quantidades relativas aos órgãos participantes encontram-se no SEI 37071871

10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

10.1. Atualmente a Polícia Federal detém 4.228 coletes **ostensivos** oriundos dos contratos nº44/2021, nº 42/2022, para uso em atividades que requer identificação da Polícia Federal, como barreiras, deflagração de operações, etc. Porém, limitando atividades de investigação e usos diversos, em que se requer proteção sem exposição do policial. Para estes casos, no ano anterior foi realizada a compra de 5.899 coletes velados, através do Contrato 58/2022 - CGAD/DLOG/PF. Tal quantitativo ainda é incapaz de suprir todo o efetivo policial com colete balístico para uso em investigação, com aspectos dissimulados, totalizando 10.127 unidades

10.2. Desta forma, esta contratação servirá para atendimento de um efetivo de policiais do quadro atual que não possuem colete acautelado, atender novos policiais que farão o Curso de Formação Profissional na ANP/PF no exercício 2025/2026 oriundos da autorização do concurso público previsto pelo Governo Federal para Polícia Federal no presente exercício, considerando-se ainda os candidatos excedentes e aqueles em condição de sub-judice do referido concurso, e, bem como permitir a reposição dos coletes que estarão com a validade expirada até o final da vigência da ARP desta contratação em voga

10.3. Soma-se a essa demanda, a necessidade de uso específico de indivíduos protegidos pela PF, como em segurança de dignitários, depoentes especiais bem como treinamento em curso de formação, onde o aluno deverá realizar treinamentos com o mesmo tipo de colete que lhe será acautelado quando empossado.

10.4. Diante do exposto serão contratados **15.000 (quinze mil) coletes balísticos nível IIIA** para os Policiais Federais ativos, na sua utilização velada e ao mesmo tempo ostensiva, bem como 60.000 (sessenta mil) patches com Brasão e Nome da Polícia Federal, a fim de trajar os Policiais Federais quando em operações policiais ostensivas.

10.5. **Referente aos Órgãos participantes o quantitativo total será conforme extrato da IRP SEI nº (37071871).**

10.6. Em relação ao processo licitatório, esclarecemos a decisão de não estabelecer quantidades mínimas uma vez que as variações orçamentárias e as diretrizes internas do órgão influenciam diretamente nos quantitativos a serem empenhados bem como o consumo e distribuição de cada item ao longo das descentralizadas

10.7. A referida decisão foi adotada com base nos seguintes fundamentos:

- I - **Flexibilidade** para ajustar as aquisições às necessidades reais da Administração.
- II - **Promoção da competitividade**, incentivando a participação de empresas de diferentes portes.
- III - **Economicidade**, evitando gastos desnecessários e alinhando o processo às reais demandas do órgão público.

IV - **Conformidade legal**, atendendo ao que determina a Lei nº 14.133/2021 sobre planejamento e vantajosidade das contratações.

10.8. Essa medida assegura que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, garantindo a transparência e a adequação das contratações aos interesses da Administração preservando a racionalidade orçamentária.

11. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. A pesquisa de preço está fundamentada no art. 23 da Lei 14.133/2021, conforme demonstrado em Mapa Comparativo de Preços 40178952

11.2. A última compra foi realizada em 2022 através do processo 08200.007920/2021-47 , conforme Proposta PROTECOP (24777538).

11.3. Percebe-se que por se tratar de moeda americana poderá haver variação no valor para aquisição conforme o câmbio.

11.4. No caso de propostas de empresas nacionais e estrangeiras haverá "equalização tributária" com fulcro no [§ 4º, art. 51 da Lei 14.133/2021](#), contida na Informação 32094577 de forma a preservar a competição e isonomia na licitação, a ser definida em edital.

11.5. O custo estimado total da contratação dos coletes é de R\$ 71.278.952,31 (setenta e um milhões, duzentos e setenta e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e um centavos), conforme custos unitários apostos nas planilhas do mapa comparativo de preços e juntada das quantidades dos órgãos participantes.

11.6. O custo estimado total da contratação de Patches Emborrachados é de R\$ 3.602.869,62 (três milhões, seiscentos e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos) e de Patches Bordados é de R\$ 4.285.585,66 (quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos nas planilhas do mapa comparativo de preços e juntada das quantidades dos órgãos participantes..

11.7. Valor Total (R\$): R\$ 79.167.407,59 (setenta e nove milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos).

12. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

12.1. O parcelamento permite que o órgão público ajuste suas despesas ao longo do tempo, de acordo com a disponibilidade orçamentária, sem comprometer a realização do objeto da contratação. O parcelamento facilita a execução do contrato em fases, permitindo que a Administração Pública aloque recursos de maneira gradual, conforme a disponibilidade de crédito orçamentário em diferentes exercícios fiscais.

12.2. Órgãos públicos frequentemente enfrentam limitações em seus orçamentos anuais. Ao dividir a execução do objeto licitado, é possível programar a execução em etapas, ajustando-se ao fluxo de liberação de recursos financeiros e garantindo que os pagamentos sejam feitos dentro da capacidade financeira do órgão.

12.3. Parcelar a execução do objeto pode evitar grandes desembolsos de uma só vez, distribuindo as despesas ao longo do tempo. Isso pode ser crucial para a Administração, especialmente em tempos de restrições fiscais ou contingenciamento de verbas.

12.4. Ao parcelar, o órgão público pode priorizar certas partes do projeto de acordo com a urgência ou necessidade, postergando partes menos prioritárias para momentos futuros, quando houver maior disponibilidade de recursos.

12.5. O parcelamento facilita a compatibilização dos contratos com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo que contratos de maior vulto sejam executados em conformidade com a previsão orçamentária dos anos subsequentes.

12.6. No caso de contingenciamentos orçamentários, o parcelamento permite que apenas parte do projeto ou da contratação seja executada, ajustando o desembolso financeiro sem a necessidade de cancelar ou paralisar completamente o projeto.

12.7. O parcelamento é uma estratégia que pode não apenas garantir uma execução mais eficiente do contrato, mas também uma gestão orçamentária mais responsável, alinhada com a realidade financeira do órgão público.

12.8. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no Art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.9. No caso em tela, o parcelamento do objeto em itens se mostra tecnicamente viável e não representa perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU), bem como visa a ampliação da concorrência e economicidade do contrato.

13. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

13.1. As contratações correlatas e/ou interdependentes referem-se à necessidade de aquisição de diferentes itens ou serviços que estão relacionados entre si ou que dependem um do outro para a realização de um objetivo comum. Aqui estão algumas considerações sobre essas contratações:

a) **Contratações Correlatas:** São aquelas que envolvem produtos ou serviços que, embora possam ser utilizados de forma independente, têm um vínculo que justifica sua aquisição conjunta para otimizar processos e resultados.

b) **Contratações Interdependentes:** Refere-se a itens ou serviços cuja execução depende diretamente da realização de outros. Por exemplo, a aquisição de hardware e software que precisa ser instalado e configurado simultaneamente.

13.2. Na prática, a identificação de contratações correlatas e interdependentes deve ser feita com base em uma análise cuidadosa das necessidades do projeto, considerando tanto os aspectos técnicos quanto os orçamentários. A Lei 14.133/2021 permite essa abordagem para promover a eficiência e a economicidade nas contratações públicas.

13.3. Ou seja, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido. Assim como foi certificado a realização de consultas a IRPs e que não havia a época conveniência de participação em eventual IRP em andamento.

13.4. A referida aquisição é autônoma e prescinde de contratações correlatas ou interdependentes

14. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

14.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: [00394494000136-0-000025/2025]
- II - Data de publicação no PNCP: [16/05/2024]
- III - Id do item no PCA: [79]
- IV - Classe/Grupo: [4240-equipamento para segurança e equipamento]
- V - Identificador da Futura Contratação: [20334-211/2025]

14.2. A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2024/2027 da Polícia Federal, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso e relacionando-se com as seguintes diretrizes:

14.2.1. Pessoal motivado: Dispor de efetivo motivado ao desempenho das atribuições e ao cumprimento da missão institucional;

14.2.2. Apoio logístico efetivo: Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas; e

14.2.3. Credibilidade mantida: Dispor de elevados índices de aceitação e credibilidade perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional.

14.3. Os objetivos estratégicos da Polícia Federal relacionados a este plano são:

14.3.1. Fortalecer o enfrentamento à criminalidade.

14.3.2. Fomentar as ações em benefício da cidadania.

14.3.3. Conferir efetividade ao emprego dos recursos.

14.4. As estratégias são:

14.4.1. Potencializar as ações de prevenção e repressão à criminalidade com ajuda de novos meios tecnológicos.

14.4.2. Descapitalizar organizações criminosas e prender seus líderes.

14.4.3. Reforçar a atuação policial em áreas de fronteira.

14.4.4. Resguardar os direitos humanos.

15. **BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

15.1. Equipar os policiais federais com colete de uso velado e ostensivo (com a inserção dos pachts) , para uso em missões, diligências, operações policiais e/ou situações inusitadas que possam vir a acontecer com eles, de forma a minimizar os riscos de ferimentos ou morte em caso de confronto armado;

15.2. Diminuir a massa e melhorar a flexibilidade em relação a outros tipos de equipamentos outrora adquiridos, para que mais policiais usem o colete, ao contrário da realidade atual;

15.3. Diminuir a tensão dos velcros para que se torne mais fácil a vestimenta e retirada do colete; e

15.4. Fazer uma compra com base em norma NIJ mais atual, melhorando os padrões técnicos de segurança, exigindo certificação em laboratório especializado, evitando assim que a PF tenha que certificar tais materiais (atribuição diversa de sua missão institucional).

16. **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

16.1. A Contratada deverá cumprir, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

16.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

16.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

16.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

16.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (***Restriction of Certain Hazardous Substances***), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

16.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, e observados o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS/DECOR/CGU/AGU, 4.^a edição, agosto/2021).

16.2.1. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

16.2.2. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

16.2.3. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

16.2.4. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

16.2.5. Outras formas vedadas pelo poder público.

16.2.6. A área técnica atesta que seguiu as orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 7^a edição, outubro/2024.

17. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

17.1. Pleno atendimento à [Portaria nº 18 de 19/12/2006 / MD](#) que aprova as Normas Reguladoras da Avaliação Técnica, Fabricação, Aquisição, Importação e Destruição de Coletes à Prova de Bala;

17.2. Pleno atendimento à [NT- SENASP nº 003/2021](#)- Coletes de Proteção Balística. (Portaria n 281, de 21 de maio de 2021) que "estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para os profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade das vestimentas, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações para a atividade profissional", ou, no caso de não possuir o Certificado de Conformidade PCE para a norma suso, apresentar Certificado de Homologação dos coletes, nível III-A, junto ao *National Institute of Justice* - E.U.A., norma NIJ 0101.06, para os tamanhos C1 a C5, relativo à solução balística em questão e/ou publicação vigente em Site Especializado da NIJ - "https://www.justnet.org/compliant/ballistic_cpl.html", como critério de seleção do fornecedor.

17.3. Pleno atendimento à [Portaria nº 189-EME de 18/08/2020](#), ou legislação que venha a substituir.

17.4. A presente aquisição demanda que o Órgão se adeque à dotação própria, conforme legislação vigente referente ao tema;

17.5. É necessário que se mantenha os estudos para aprimoramento da dotação de produtos controlados pela Polícia Federal, revisando o planejamento estratégico para produtos controlados da instituição.

17.6. A referida licitação não haverá exigência de garantia da execução do art. 96, da Lei nº 14.133/2021. A garantia da execução está prevista no tópico 11 do Termo de Referência 36200704.

18. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

18.1. Não há previsão de impactos ambientais significativos resultantes da contratação pretendida.

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

19.1. Essa equipe juntamente com a DPC/CGPLAM/DLOG consideram viável a aquisição de coletes de utilidade tanto velada quanto ostensiva juntamente com os Patches devido a necessidade de equipamento de proteção policial de devido aos baixos impactos da compra, como descrito no Mapa de Riscos.

19.2. ressalta-se que a Administração observou o disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.

20. **RESPONSÁVEIS**

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HOFMANN, Agente de Polícia Federal**, em 06/06/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PHILIPPE BRITO DE MORAES, Agente de Polícia Federal**, em 06/06/2025, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO GUSTAVO FARIA LIMA, Agente de Polícia Federal**, em 11/06/2025, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61285400&crc=7853A0CB.

Código verificador: **61285400** e Código CRC: **7853A0CB**.